

**AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO PREGÃO PRESENCIAL  
N. 073/2023 PROMOVIDO PELO MUNICÍPIO DE SANGÃO/SC**

Pregão Presencial n. **073/2023**  
Processo Licitatório n. **114/2023**

**VERTRAUEN COMERCIAL LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 49.826.149/0001-13, com sede na Rua Heriberto Hulse, n. 184, Barreiros, São José/SC – CEP 88.110-010, por seu representante legal, nos termos do item 25.1 e seguintes do Edital, apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**, pelas razões de fato e de direito a seguir expostas.

## 1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

O Município de Sangão/SC, instaurou o processo licitatório do Pregão Presencial n. 073/2023, com sessão pública apazada para o dia 13 de dezembro de 2023, tendo por objeto “*registrar preços com a finalidade de selecionar a proposta mais vantajosa para futura(s) e eventual(is) aquisição(ões) de materiais hidráulicos, para o exercício de 2024, para serem fornecidos de forma parcelada, conforme as especificações mínimas constantes no Edital, Termo de Referência e demais Anexos*”.

Todavia, o instrumento convocatório possui incoerências em relação aos prazos de entrega dos materiais, de modo que as exigências delineadas no Edital extrapolam os limites determinados na Lei e restringem o caráter competitivo do processo licitatório, razão pela qual devem ser afastadas.

Sendo o relato necessário, passa-se às razões da impugnação.

## 2. DO ITEM IMPUGNADO

6.1. O prazo de entrega do(s) produto(s)/material(is)/serviço(s) é de no máximo 01 (um) dia útil, contado do(s) pedido(s), em remessa única ou parcelada, diante da necessidade destes materiais para realização de manutenções e extensões no sistema de abastecimento de água do município.

## 3. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Conforme estabelecido no Instrumento Convocatório, tem-se a seguinte legislação aplicável: Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, publicada no DOU de 18 de julho de 2002, da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores, regulamentada em âmbito municipal pelo Decreto Municipal nº 070, de 10 de julho de 2023, do Decreto Municipal nº 051, de 09 de maio de 2023, do Decreto Municipal n. 101, de 26 de setembro de 2023 e subsidiariamente a Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas respectivas alterações.

## 4. DAS RAZÕES DA IMPUGNAÇÃO

O item editalício que se busca impugnar refere-se à exigência que macula o certame, isso porque não atende a finalidade da licitação e contraria os princípios que norteiam as compras públicas, tais como isonomia, legalidade,

---

**RUA HERIBERTO HULSE, 184, BARREIROS, SAO JOSE, SC, CEP 88.110-010**

**Fone: (48) 2132.3921**

**E-mail: [licita@vertrauencomercial.com.br](mailto:licita@vertrauencomercial.com.br)**

moralidade e proposta mais vantajosa ao interesse público, sendo matéria de ordem pública, razão pela qual apresenta-se esta impugnação.

Dessa forma, verifica-se que o Município de Sangão/SC exige prazo extremamente exíguo para a realização de entregas dos materiais licitados, conforme se verifica do item 6.1 do Termo de Referência, Anexo do Edital:

6.1. O prazo de entrega do(s) produto(s)/material(is)/serviço(s) é de no máximo 01 (um) dia útil, contado do(s) pedido(s), em remessa única ou parcelada, diante da necessidade destes materiais para realização de manutenções e extensões no sistema de abastecimento de água do município.

Observa-se, portanto, que a exigência ora impugnada não possui respaldo legal, vez que notoriamente se trata de cláusula altamente restritiva que fere os princípios norteadores das licitações públicas e a finalidade do processo licitatório.

A Lei de Licitações determina que a licitação tem como objetivo principal a obtenção da proposta mais vantajosa ao interesse público, assim não poderá incluir cláusulas que restrinjam o caráter competitivo da licitação, *in verbis*:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos

§ 1º **É vedado aos agentes públicos:**

**I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo,** inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no [art. 3º da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991](#); ([Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010](#))

Nessa linha, vislumbra-se que a exigência imposta ao licitante não possui respaldo legal. Assim, importante frisar que o Administrador Público não goza de plena liberdade para determinar toda e qualquer exigência editalícia.

Nesse viés, importante destacar o entendimento do Doutrinador Hely Lopes Meirelles: *“Na Administração Pública, não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto, na Administração pessoal é lícito fazer tudo o que a lei não proíbe. Na Administração Pública só é permitido fazer aquilo que a lei autoriza.”*

Nesse ponto, insta salientar que a ilegalidade macula o certame, uma vez que exigência ilegal acarreta em nulidade do Instrumento Convocatório, isso caso a Administração não faça a correção do erro antes da abertura da sessão pública.

Desse modo, o que se quer destacar é que toda exigência editalícia deve estar em congruência com os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, com vistas a aumentar a competitividade do certame, de modo a obter a proposta mais vantajosa ao interesse público.

Na via contrária, o item editalício impugnado não observa o princípio da competitividade, da razoabilidade, da legalidade, da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública.

A exigência de realizar a entrega dos produtos no prazo máximo de 01 (um) dia é ilegal, posto que é um prazo extremamente exíguo. O fato de outros editais eventualmente terem feito a mesma exigência, não torna o item editalício legal, pois manifestamente está em desconformidade com a Lei de Licitações, mostrando-se ilegal.

Vislumbra-se que o item atacado restringe demasiadamente a competitividade do certame, implicando diretamente no objeto fim do processo licitatório, que, como dito anteriormente, nada mais é do que obter a proposta mais vantajosa ao interesse público.

Nesse sentido, é o entendimento jurisprudencial do E. Tribunal de Contas da União, *in verbis*:

Tanto é que o próprio art. 37, inciso XXI, da CF, que estabelece a obrigatoriedade ao Poder Público de licitar quando contrata, autoriza o estabelecimento de requisitos de qualificação técnica e econômica, desde que indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

No entanto, o ato convocatório há que estabelecer as regras para a seleção da proposta mais vantajosa para administração, sem impor cláusulas desnecessárias ou inadequadas que restrinjam o caráter competitivo do certame.

[...]

Por outras palavras, pode-se afirmar que fixar requisitos excessivos ou desarrazoados iria de encontro à própria sistemática constitucional acerca da universalidade de participação em licitações, porquanto a Constituição Federal determinou apenas a admissibilidade de exigências mínimas possíveis.

Dessarte, se a Administração, em seu poder discricionário, tiver avaliado indevidamente a qualificação técnica dos interessados em contratar, reputando como indispensável um quesito tecnicamente prescindível, seu ato não pode prosperar, sob pena de ofender a Carta Maior e a Lei de Licitações e Contratos. (TCU – 423/2007 – Plenário. Relator Marcos Bemquerer)

“9.3.1. abstenha-se de incluir nos instrumentos convocatórios condições não justificadas que restrinjam o caráter competitivo das licitações, em atendimento ao disposto no art. 3º da Lei nº 8.666/93;” (TCU – Acórdão 2079/2005 – 1ª Câmara)

“8.2.6 abstenha-se de impor, em futuros editais de licitações, restrições ao caráter competitivo do certame e que limitem a participação de empresas capazes de fornecer o objeto buscado pela Administração Pública, consoante reza o art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei nº 8.666/93;” (TCU – Decisão 369/1999 - Plenário)

“Observe o § 1º, inciso I, do art. 3º da Lei 8.666/1993, de forma a adequadamente justificar a inclusão de cláusulas editalícias que possam restringir o universo de licitantes.” (TCU- Acórdão 1580/2005 – 1ª Câmara)

**Entende-se que o prazo para entrega dos produtos não deve ser inferior a 15 (quinze) dias úteis**, vez que se mostra compatível e suficiente dentro

da razoabilidade para não prejudicar os licitantes e nem mesmo restringir o caráter competitivo do certame.

Nessa perspectiva, exigir muito sem a devida coerência, diferente do que se acredita, não é bloquear qualquer inconveniente na contratação, mas significa impedir que o processo licitatório amplie a competitividade e obtenha a proposta mais vantajosa.

Além do mais, tem-se que o referido item editalício macula o certame por ferir frontalmente o princípio da isonomia, visto que, como exposto exaustivamente, empresas de outras cidades podem não conseguir participar do certame em razão da exigência desarrazoada constante no Instrumento Convocatório.

Por esse caminho, o Tribunal de Contas do Distrito Federal sabiamente teceu considerações no tocante a exigências editalícias de circunstância irrelevante que apenas tem o condão de restringir o caráter competitivo da licitação, *ipsis litteris*:

[...]

Nessa esteira, entendo que a **exigência** constante do item 8.6 do Termo de Referência da licitação em tela contraria o art. 3º da Lei nº 8.666/1993, uma vez que fere o **princípio da isonomia**, bem assim **restringe o caráter competitivo do certame**, ao estabelecer preferência em razão de **circunstância irrelevante para o objeto**, de forma a **prejudicar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública**. Ademais, conforme sustenta a Representante, **a exigência, além de restritiva e afrontar os princípios da isonomia, da igualdade, da moralidade e da competitividade**, atenta contra o artigo 5º, inciso XX, da Constituição Federal, que assegura que ninguém será compelido a associar-se ou permanecer associado.

[...] 20. Por este motivo, **a exigência configura-se demasiado restritiva à competitividade e violadora da isonomia do certame**.

[...] 22. Cumpre relembrar que o procedimento licitatório deve orientar-se, dentre outros princípios, pelo da ampla competitividade, de modo a assegurar a participação do maior número possível de competidores e, com isso, obter as melhores condições e a proposta mais vantajosa ao Poder Público. Ainda que, em alguns casos seja lícita a utilização de critérios de

qualificação mais rigorosos, estes devem estar devidamente fundamentados, visando ao cumprimento satisfatório do objeto a ser contratado.

[...]

**O princípio da competição sobressai como o mais importante e orienta todo o processo, uma vez que nele se fundamenta a busca de uma desigulação justificada dos licitantes, o que será obtido pela identificação final da proposta mais vantajosa, pretendida pela Administração, tal como oferecida por um dos licitantes.**

[...]

13. No entendimento do Parquet, em não havendo risco para a execução do contrato, o que é mensurado a partir de uma análise técnica e de conveniência baseada nos critérios de razoabilidade e proporcionalidade, o procedimento licitatório deve primar por perseguir sempre a ampliação da competitividade em prol da busca pela proposta mais vantajosa para a Administração.

14. Pois bem. Em se sabendo que **é determinação legal a obtenção de método que assegure a seleção da proposta mais vantajosa, a partir de estabelecimento de critérios razoáveis e proporcionais que garantam a impessoalidade, a economicidade e a competitividade no certame, fica claro, após a percuente análise realizada pelo Corpo Instrutivo, que a exigência do Certificado no Programa de Qualidade do Café – PQC é desarrazoada, uma vez que pode se constituir como fator de restrição à competitividade e à ampla concorrência na licitação.**

[...]

15. Note-se, como dito alhures, que a preocupação do MP de Contas, nesse caso, é no sentido de avaliar a pertinência da exigência do certificado. Isso porque **a exigência de atestados/certificados é mera faculdade, cabendo ao gestor avaliar pertinentemente o seu cabimento, evidenciando os seus motivos nos autos, sob pena de restringir a competitividade.** O que não ocorreu no caso.

[...]

19. Com efeito, fácil constatar, portanto, que a exigência requerida pela CAESB, qual seja o Certificado no Programa de Qualidade do Café – PQC, **restringe desnecessariamente a competitividade do certame e pode macular a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.**

(TCDF. Decisão n. 827/2020. Processo n. 224334/2019)

Frente a tudo isso, faz-se interessante destacar a definição do princípio da competitividade trazida pela obra *Licitações e Contratos – Orientações e Jurisprudências do TCU*, o que corrobora o pensamento trazido na presente impugnação:

Nos certames de licitação, esse princípio conduz o gestor **a buscar sempre o maior número de competidores interessados no objeto licitado.** Nesse sentido, a Lei de Licitações veda

estabelecer, nos atos convocatórios, exigências que possam, de alguma forma, admitir, prever ou tolerar, condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo da licitação. p. 29

Dessa feita, vislumbra-se o excesso de formalismo constante no instrumento convocatório, assim como que a referida exigência impede e limita a competitividade do certame, razão pela qual não merece permanecer.

Em vista do exposto, com intuito de promover os princípios da isonomia, da competitividade, supremacia do interesse público, legalidade, razoabilidade e proporcionalidade, roga-se pela retificação do Edital do Pregão Presencial n. 073/2023, afastando a exigência do prazo de entrega de no máximo 01 (um) dia útil disposto no item 6.1 do Termo de Referência, Anexo do Edital, para que o referido prazo não seja inferior a 15 (quinze) dias úteis ou outro que Vossa Senhoria julgue proporcional e razoável nos termos da fundamentação acima exposta.

## **6. DOS REQUERIMENTOS**

Diante do exposto, requer-se o conhecimento e o total provimento da impugnação, a fim de que haja a revisão/retificação do edital para alterar o item do Termo de Referência, Anexo do Edital, para que o referido prazo não seja inferior a 15 (quinze) dias úteis ou outro que Vossa Senhoria julgue proporcional e razoável, haja vista que a exigência do prazo de no máximo 01 (um) dia útil fere frontalmente o princípio da isonomia, da legalidade e restringe demasiadamente o caráter competitivo do processo licitatório. Caso não seja esse o entendimento, o que não se espera, requer a remessa da presente impugnação à autoridade superior competente para total provimento da impugnação e para republicação do Edital. E por fim, protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos. Nesses termos, Pede deferimento.

São José/SC, 05 de dezembro de 2023.

---

Cristiano Luis Fernandes Koch